

# Caracterização da educação ambiental nas aulas de geografia da ECIT João Roberto Borges de Souza

## Autores:

### Ary Gustavo da Silva Cesar

*Professor Interdisciplinar, Tecnólogo em Gestão Ambiental e Técnico em Meio Ambiente. Especialista em Ciências Ambientais. Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Licenciando em Geografia (UFPB).*

### Iury Rodrigues Lima

*Licenciando em Geografia*

### Laíz Carolíne de Oliveira Santos

*Professora de Geografia. Especialista em Docência do Ensino Superior e Psicologia da Educação. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC)*

### João Victor Fernandes da Silva

*Tecnólogo em Gestão Ambiental e Técnico em Meio Ambiente. Licenciando em Ciências Biológicas pela UFPB, João Pessoa*

### Bruna Eduarda Martins Cabral Rego Barros

*Estudante de Medicina Veterinária na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)*

DOI: 10.58203/Licuri.22327

## Como citar este capítulo:

CESAR, Ary Gustavo da Silva et al. Caracterização da educação ambiental nas aulas de geografia da ECIT João Roberto Borges de Souza. In: KOCHHANN, Andrea (Org.). **Rumo ao futuro da Educação: tendências e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 68-85.

ISBN: 978-65-85562-23-2

## Resumo

A relação do ensino da Educação Ambiental com a Geografia tem contribuído com a discussão da atuação interdisciplinar da Educação Ambiental na escola atrelada às Ciências Geográficas. Esta pesquisa buscou caracterizar a Educação Ambiental nas aulas de Geografia a partir dos guias de aprendizagem da ECIT João Roberto Borges de Souza, em João Pessoa, Paraíba. Adotando um estudo exploratório de abordagem qualitativa, com análises descritivas e explicativas, a pesquisa demonstra que as discussões no entorno da temática ambiental versam as correntes antigas e contemporâneas da educação ambiental, formuladas pela autora Lucie Sauvé (2005). Os resultados revelaram que apesar da repetição dos temas transversais ao longo de todos as séries e bimestres letivos, a seleção realizada pelo docente para trabalhar na geografia, estão alinhados com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no tocante à efetividade da educação ambiental. Contudo, observou-se assimetria nos conteúdos em cada série e bimestre, evidenciando discrepância no conteúdo da segunda série. Conclui-se que a Educação Ambiental permeia o ensino de Geografia dessa escola, com parte dos conteúdos alinhados à PNEA, onde destaca-se os conteúdos da primeira série por abordar integralmente às discussões ambientais, enquanto a temática nos demais conteúdos e séries se encontram de forma transversal e pontual.

**Palavras-chave:** Guia de Aprendizagem. Currículo Escolar. Educação Ambiental. Ensino de Geografia.

## INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação Ambiental (EA) no âmbito educacional se reflete na percepção, conscientização e aprendizagem dos estudantes no que concernem as questões ambientais atuais e futuras. O ensino de Geografia nesse contexto vai contribuir para a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade, destacando a importância de relacionar e aproximar o conhecimento geográfico dos estudantes às relações sociais, objetivando fazê-los entender como os fenômenos e as dinâmicas espaciais acontecem e como esta influência na relação sociedade-natureza. Não obstante, a educação ambiental deve estar inserida na escola, conforme recomenda a legislação, porém são observadas algumas deficiências no âmbito educacional quanto à flexibilização curricular, falta de materiais pedagógicos, adoção de metodologias voltadas ao ensino-aprendizagem da educação ambiental, bem como a sua abordagem de forma inter, multi e transdisciplinar.

O presente trabalho tem como objetivo geral caracterizar a Educação Ambiental nas aulas de Geografia a partir dos guias de aprendizagem da Escola Cidadã Integral Técnica João Roberto Borges de Souza, em João Pessoa-PB. Ao mesmo tempo em que a EA vem sendo inserida em pautas de reflexões das políticas públicas educacionais a exemplo dos currículos escolares que, atualmente, exigem uma abordagem interdisciplinar e transversal nas práxis educativa e ambiental, em todas as modalidades de ensino, ou seja, o ensino não pode ficar inerte a esta nova forma de conceber ciência. Assim, as escolas neste contexto “têm um importante papel na formação e construção de um ser humano conhecedor e modificador da realidade, baseado nos princípios da Sustentabilidade e da Educação Ambiental, tornando-se um educador ambiental capaz de pensar e agir sobre sua própria realidade” (CESAR et al., 2023, p. 13).

Enquanto pesquisadores da temática ambiental, observamos que as discussões em torno da Educação Ambiental relacionada ao ensino da Geografia, ela é meramente pontual ou não possuem um tratamento direcionado para sua análise e, isso implica na qualidade da formação dos estudantes que, breve, ingressarão na universidade. É importante lembrar que a Geografia, no decorrer de sua evolução como ciência, busca compreender a relação entre o Ser Humano e o Meio Ambiente, sendo assim, a única Ciência que estuda o quadro natural e o social. Por outro lado, segundo (FERREIRA; ARAÚJO; CESAR, 2018), a abordagem sobre a temática ambiental nem sempre é compreendida de forma plausível pelos estudantes e difundida de maneira satisfatória

pelos professores, pois o ser humano ainda, na maioria das vezes, se vê dissociado do meio natural.

A inclusão da questão ambiental deve contemplar o atendimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que passou a considerar a compreensão de Meio Ambiente (MA) como fundamental na educação básica. Nesse sentido, “ao abordar as relações entre sociedade e natureza, a Geografia pode proporcionar uma visão socioambiental e pode contribuir significativamente para os processos de Educação Ambiental” (MENDES, 2016, p. 120). Da mesma forma, a EA se constituiu como uma área com variadas perspectivas e possibilidades para interpretação do espaço geográfico em suas múltiplas relações e inter-relações, a se dizer, por exemplo, das correntes de Educação Ambiental formuladas pela pesquisadora Lucie Sauvé (2005), na qual a autora as define dentro de corrente de pensamento, propondo diferentes maneiras de conceber e de praticar a educação ambiental em sala de aula.

Por meio do modelo Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT), o Governo do Estado da Paraíba busca estabelecer objetivos que propõem uma visão transformadora, respaldada em valores humanos e com princípios voltados para a cidadania, convergentes com a política de igualdade, de ética e de identidade, com respeito às diferenças, ou seja, numa formação cidadã. Embora seja um modelo de educação, baseado na metodologia “Escola da Escolha”, e diferenciada da pedagogia tradicional de se conceber educação, esta atua para a formação de indivíduos eficientes e eficazes ao mundo do trabalho. Diante desse pressuposto, destaca-se a preocupação de como as questões ambientais estão sendo tratadas nesse modelo de escola, tendo em vista sua complexidade e a interdisciplinaridade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compreende as competências, aprendizagens e os conhecimentos necessários e direcionados aos estudantes da educação básica, do ensino infantil ao ensino médio. Ao alinhar as premissas da Escola Cidadã Integral Técnica ao disposto na BNCC para a geografia ambos vai favorecer a capacidade dos estudantes de mobilizar diferentes linguagens e envolver-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas, promovendo o protagonismo juvenil. Trazendo para o campo ambiental, a Base Nacional Comum Curricular para o ensino de Geografia destaca como uma das aprendizagens que é preciso:

[...] analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial (BNCC, 2017, p. 563).

Ou seja, o cotidiano do aluno, no contexto escolar, se estabelece pela correlação entre os conhecimentos de compreender a sociedade em sua essência e os desafios sociais, culturais e ambientais em suas diferentes escalas. Diante disso, ao buscar estabelecer uma reflexão sobre a temática ambiental no ensino da geografia no novo modelo de escola, implementado pelo Governo do Estado da Paraíba e sua relação com a Educação Ambiental, Cavalcanti (2019) destaca que o ensino da geografia não pode consistir em uma transmissão de conteúdos por si mesmo, mas sim, em uma ação que ensine a se fazer a análise geográfica de fatos e fenômenos.

Para que a sociedade compreenda e contextualize EA no ensino de geografia, é imprescindível primeiramente que o educador proporcione uma aproximação do alunado com as questões ambientais, que o mesmo não se delimite apenas na teoria. Em segundo plano, após o entrosamento, inicia-se a ações práticas de melhoria ao meio, incentivando-os em buscar possíveis soluções a fim de minimizar os problemas ambientais.

Em outras palavras, as questões ambientais atreladas às Ciências Geográficas amplia a visão do Estar no Mundo do estudante, contribuindo, mais efetivamente, com uma formação cidadã, crítica e humanista. Dito isso, ao buscar compreender a relação da educação ambiental com a geografia, é necessário estabelecer uma reflexão sobre a temática ambiental no ensino da geografia no novo modelo de escola implementado pelo Governo do Estado da Paraíba, na busca de alternativas para promover mudanças de valores, atitudes e comportamento, inclusive no cotidiano acadêmico em relação ao Meio Ambiente com práticas e valores capazes de responder aos princípios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 1996, na Resolução CNE/CP n. 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e, conseqüentemente, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos Guias de Aprendizagem de Geografia, da Escola Cidadã Integral Técnica Estadual João Roberto Borges de Souza, situada no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, Paraíba. A escolha desta escola se deu pelo fato da escola ser um modelo diferente do modelo tradicional de conceber educação. Com uma pedagogia diferente na sua oferta de ensino, buscamos observar de que forma as questões ambientais são tratadas nesse modelo de instituição, no ensino de geografia, uma vez que esta atua para o desenvolvimento pleno e autônomo dos estudantes e com uma consciência de cidadania.



Figura 1 e 2. Mapa de Localização da ECIT João Roberto Borges de Souza com destaque a nível nordeste e dentro do limite do bairro de Mangabeira. Fonte: CESAR, A. G. da Silva, 2019.

A ECIT João Roberto Borges de Souza<sup>1</sup> passou por uma mudança na sua forma de oferecer conhecimento à comunidade, saindo do ensino regular para o ensino integral. Nesse modelo é ofertado um curso técnico profissionalizante integrado ao ensino médio, os alunos passam a ter nove aulas diárias com professores em regime de Dedicção Docente Integral (DDI), a fim de promover a formação de jovens e adolescentes protagonistas, fomentando a autonomia para que estes alcancem seu Projeto de Vida (PV).

<sup>1</sup> Na ECIT João Roberto Borges de Souza é ofertado o Curso Técnico em Comércio que tem como objetivo formar profissionais com habilidades técnicas, humanas e conceituais para atuação no mundo do trabalho (PPP ECIT, 2019).

O modelo atualmente atende a 306 escolas, do litoral ao sertão, implementado em 2016 e regulamentado pela Lei 11.100 de abril de 2018, possui um currículo pedagógico diversificado e, atua na formação educacional de excelência regulamentada pela BNCC e na formação profissional com métodos didático e administrativo próprio (Diretrizes Operacionais da ECI/ECIT 2019).

Assim, este é um estudo exploratório de abordagem qualitativa, com análises descritivas e explicativas. Para o alcance dos objetivos estabelecidos, a pesquisa se organizou da seguinte forma:

A primeira etapa desta pesquisa constituiu-se em uma pesquisa bibliográfica, acerca do tema proposto. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica: “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2010, p. 50). Assim, o referencial teórico desta pesquisa se estrutura com as considerações iniciais sobre a temática meio ambiente e educação ambiental em uma perspectiva geográfica, passando pelas discussões da relação da educação ambiental no ensino de geografia.

Na segunda etapa foram coletados os Guias de Aprendizagem de Geografia, das três séries do ensino médio e dos quatro bimestres letivos da instituição de ensino referentes ao ano de 2023, para análise das informações ligadas à temática meio ambiente. O Guia de Aprendizagem é um recurso que se destina a orientar processos de planejamento e de acompanhamento pedagógico, de maneira objetiva, à luz dos Eixos Formativos, produzido em três âmbitos distintos, junto ao professor, junto ao estudante e junto às famílias. A escolha desse instrumento leva em consideração o fato de que eles são produzidos bimestralmente com conteúdo extraídos das ementas da disciplina e por ser um instrumento que pode ser contemplado conteúdos que não se apresentam nas ementas, o que permite acreditar que as questões ligadas à educação ambiental possam estar/ser inseridas nesses instrumentos.

Por fim, partindo do pressuposto que a compreensão da dimensão ambiental está inserida na educação básica, conforme determina a legislação brasileira, e que esta temática não pode estar distanciada da formação docente, uma vez que os professores serão formadores de agentes multiplicadores da educação ambiental na escola, para compreender qual a concepção de educação ambiental é preponderante nas aulas de geografia das três séries do ensino médio, foram utilizadas como parâmetros a Cartografia das Correntes de Educação Ambiental descritas por Lucie Sauvé (2005), na qual a autora



formulou quinze correntes e as definiu dentro de correntes de pensamento, propondo diferentes maneiras de conceber e de praticar a educação ambiental em sala de aula.

As correntes formuladas pela autora apresentam características das correntes Tradicionais (mais antigas), sendo elas: Naturalista, Conservacionista/Recursista, Resolutiva, Sistêmica, Científica, Humanista, Moral/Ética; e das correntes Contemporâneas (mais recente), sendo elas: Holística, Biorregionalista, Prática, Crítica, Feminista, Etnográfica, Ecoeducação, Sustentação da Sustentabilidade. Portanto, as análises foram realizadas a partir dos seguintes aspectos: Concepção de Meio Ambiente; Aspecto Educativo de Educação Ambiental e; Enfoques dominantes.

Assim sendo, tais correntes permitiram fundamentar as análises dos Guias de Aprendizagem na busca de identificar qual a concepção preponderante nas aulas de geografia desta instituição a fim de discuti-las e lançar luzes acerca da reflexão proposta para esta pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As sociedades modernas convivem com muitas concepções e percepções do termo Natureza, as quais se destacam duas: uma que vê as configurações naturais como obstáculos ao progresso, e a outra que (re) valorizam tais entendimentos com base em argumentos científicos. Na análise dos guias de aprendizagem de geografia da ECIT João Roberto Borges de Souza, foram identificados os conteúdos programados das três séries do ensino médio técnico, nos quatro bimestres letivos de 2023 (Tabela 1).

Ao analisar os conteúdos por série, ao longo dos bimestres, observa-se que na primeira série são discutidas as noções de espaço, objetivando que os alunos saibam se localizar no mesmo a partir da temática sustentabilidade. Assim, o professor destaca as políticas ambientais no Brasil, os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e a Agenda Ambiental frente à globalização. Em seguida, amplia-se as discussões trazendo as configurações do espaço geográfico mundial, destacando temas como: A era das redes e o mundo globalizado, Fluxos e Redes de transporte e as práticas espaciais em rede. Por fim, o professor vai tratar sobre as articulações para a formação dos blocos econômicos, a abordagem dos direitos humanos e fatores ligados à cidadania a partir da ótica dos movimentos sociais e suas contribuições para os debates na sociedade.

Tabela 1. Conteúdo programado das três séries por bimestre letivo.

	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE
1º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental;</li> <li>-Energia e meio ambiente;</li> <li>-Efeito estufa e emergência climática;</li> <li>-Poluição dos oceanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-A divisão internacional do trabalho e a mão de obra global;</li> <li>-Expansão industrial e modelos de industrialização;</li> <li>-Dinâmicas da localização industrial;</li> <li>-Cenários regionais;</li> <li>-Fábricas globais e a exploração da mão de obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-O mundo do trabalho</li> <li>-As revoluções industriais;</li> <li>-Mulheres no mercado de trabalho;</li> <li>-Trabalho escravo e infantil na atualidade;</li> <li>-A população mundial</li> <li>-Quem somos? Quantos somos?</li> <li>-Teorias demográficas;</li> <li>-A estrutura da população;</li> <li>-Os movimentos migratórios.</li> </ul>
2º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> <li>-A polêmica das OGMs;</li> <li>-Globalização da agenda ambiental;</li> <li>-Políticas ambientais no Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI;</li> <li>-O papel da atividade industrial na inovação tecnológica;</li> <li>-Características espaciais da indústria brasileira;</li> <li>-A modernização agropecuária no Brasil;</li> <li>-Urbanização brasileira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-A população mundial;</li> <li>-Quem somos? Quantos somos?;</li> <li>-Teorias demográficas;</li> <li>-A estrutura da população;</li> <li>-Os movimentos migratórios;</li> <li>-Multiculturalismo e geografia;</li> <li>-Multiculturalismo no Brasil;</li> <li>-Nacionalismo e Xenofobia;</li> <li>-Muros e barreiras da intolerância.</li> </ul>
3º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> <li>-A era das redes;</li> <li>-A comunicação no mundo globalizado;</li> <li>-Fluxos e redes de transporte;</li> <li>-Práticas espaciais em rede.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Urbanização brasileira;</li> <li>-A geografia política;</li> <li>-Divisão político-territorial do mundo;</li> <li>-Descolonização e mudanças territoriais;</li> <li>-Cartografia e geopolítica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Os movimentos migratórios.</li> <li>-Multiculturalismo no Brasil;</li> <li>-Identidades;</li> <li>-Nacionalismo e Xenofobia;</li> <li>-Muros e barreiras da intolerância.</li> </ul>
4º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Integração regional e formação de blocos econômicos;</li> <li>-Cidadania e direitos humanos;</li> <li>-Movimentos sociais;</li> <li>Consciência Negra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-As fronteiras estratégicas;</li> <li>-A Guerra Fria;</li> <li>-Mundo multipolar;</li> <li>-Territórios em disputa;</li> <li>-Consciência Negra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-A África no contexto da geopolítica mundial;</li> <li>-As grandes divisões regionais do continente africano;</li> <li>-Da Conferência de Berlim aos dias atuais;</li> <li>-Novos/velhos conflitos no continente;</li> <li>-África: entre o interesse e o esquecimento;</li> <li>-Consciência Negra.</li> </ul>

De certa forma, os conteúdos programados da primeira série convergem para a discussão da educação ambiental no ensino de geografia, se observado que o contexto do conhecimento humano sobre o mundo e as coisas sempre esteve ligado ao contexto geográfico, ecológico e cultural em uma determinada formação social (LEFF, 2007, p. 23).



E nesse sentido, as práticas de produção dependentes do Meio Ambiente contribuíram nas formas de percepção e técnicas de apropriação da natureza e transformação do meio. Ainda assim, as discussões do bimestre analisado dialogam com as orientações da BNCC para disciplina, ao destacar que:

A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados (BNCC, 2017, p. 563, grifos nossos).

Os conteúdos da segunda série, ao longo dos bimestres, vão tratar da divisão internacional do trabalho e da globalização, abordando a expansão industrial e modelos de industrialização. Retoma as mesmas discussões no bimestre seguinte, porém, abordando características espaciais da indústria brasileira, modernização agropecuária brasileira e a urbanização. Adiante, complementa com Geografia Política, a divisão política territorial do mundo, a descolonização e mudanças territoriais e a cartografia geopolítica. Por fim, vai trabalhar os conflitos mundiais a partir do conhecimento do espaço geográfico e suas fronteiras estratégicas, territórios de disputa, com vistas a contribuir para a discussão do Dia da Consciência Negra.

Se observados os conteúdos da segunda série os mesmos estão inseridos na categoria Política e Trabalho, que de acordo com a BNCC pressupõe que a vida em sociedade se constitui de ações individuais e coletivas que são mediadas pela política e pelo trabalho. Ou seja, tal definição corrobora para a concepção regional da geografia apontada pela BNCC, visto que contribui para o entendimento da dimensão sociocultural e geopolítica e para a contextualização de temas da geografia regional. Diante disso, a BNCC (2017) enfatiza que:

A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. [...] A categoria trabalho, por sua vez, comporta diferentes dimensões - filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de alienação (BNCC, 2017, p. 567-568, grifos nossos).

Isso posto, trazendo para o campo das políticas ambientais, o mesmo se alinha ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA) a qual aponta para uma atuação articulada de uma perspectiva crítica e transformadora acerca das questões ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações em âmbito local, regional, nacional e global. Ainda cabe falar que esta discussão pode ser pensada a partir da perspectiva do:

[...] trabalho como valor com Karl Marx; como racionalidade capitalista em Max Weber; ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social a partir de Émile Durkheim. Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais (BNCC, 2017, p. 568).

Na terceira série os conteúdos, inicialmente, é uma continuidade dos conteúdos da segunda série, os quais vão tratar do mundo do trabalho e da população mundial, abordando as revoluções industriais, dinâmica da população mundial, teorias demográficas e os movimentos migratórios. Destaca o multiculturalismo no Brasil, nacionalismo, xenofobia e as barreiras da intolerância. Em seguida no terceiro bimestre há uma repetição de parte dos conteúdos do segundo bimestre e no quarto, sua ênfase se destina ao continente Africano, com sua história, seu território, seu posicionamento na

geopolítica mundial e sua realidade atual. Na perspectiva ambiental, estes conteúdos se alinham a problemática do contingente global, onde a taxa de crescimento populacional, segundo a teoria de Thomas Malthus, era muito maior do que a capacidade de subsistência do planeta (CARDONI e TAIOLI, 2009, p. 565).

Nesse viés, a BNCC (2017, p. 568) destaca que “atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias”. Assim, cabe destacar que é no contexto da “crise ambiental” que surgiu a Educação Ambiental, em uma perspectiva de estabelecer mecanismos para o enfrentamento aos graves problemas ambientais que se marcara em decorrência da modernidade. E se tratando da geografia, uma ciência puramente interdisciplinar, a qual o objeto de estudo tem como foco a relação do quadro social e natural, pode-se, então, afirmar que esta contribui para as discussões envolvendo direta e indiretamente a EA na escola em questão.

Chama-se atenção que o professor, ao optar por utilizar a temática ambiental como tema interdisciplinar e de forma transversal no ensino de geografia, observa-se a repetição em todas as séries e em todos os bimestres dos Valores que permeiam a disciplina bem como dos Temas Transversais para os conteúdos. Dessa forma, o docente utiliza: Cidadania, Responsabilidade e Ética, como Valores. E como temas transversais, utiliza: Educação Ambiental, Pluralidade Cultural e, Trabalho e Consumo.

Os valores são fundamentos morais da consciência humana e todo indivíduo deve ter conhecimento da importância desses valores para a vivência e para o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. Já os temas transversais, de acordo com o Ministério da Educação, são assuntos direcionados à compreensão e tendem a perpassar mais de uma disciplina sob diferentes enfoques. Assim, os temas transversais devem integrar as áreas e ter a mesma importância que elas, além de estarem relacionadas às questões da atualidade e sendo orientadores do convívio escolar. Diante dessa contextualização, questiona-se se de fato tais valores e temas transversais, empregados nas três séries e para os quatro bimestres, contemplam os conteúdos programados para tais?

Mesmo a temática ambiental estando presente como tema transversal em todos os conteúdos programados das três séries do ensino médio, salienta-se para sua insuficiência no que tange a discussão do mesmo acerca do conteúdo a ser trabalhado por bimestre. E em relação aos valores selecionados pelo docente, os mesmos direcionam para a efetivação da discussão da temática ambiental, conforme se observa ao longo dos

resultados, uma vez que eles aparecem na sustentação da discussão do tema ou na premissa do modelo de escola pesquisado, convergindo, assim, para EA. Nesse caminho, cabe destacar que esta pesquisa não tem a intenção de avaliar a prática docente da escola em questão, mas compreender a relação da educação ambiental no ensino de geografia, a partir da elaboração dos guias de aprendizagem, instrumento particular desse modelo de escola.

Destarte, a avaliação da concepção de educação ambiental preponderante nos guias de aprendizagem de geografia desta instituição, foi realizada a partir das informações dispostas nos guias de aprendizagem dos quatro bimestres e das três séries do ensino médio (Tabela 2).

Tabela 2. Avaliação da concepção de educação ambiental preponderante nos guias de aprendizagem.

	Correntes da Educação Ambiental	Concepções de Meio Ambiente	Enfoque Dominante
1º SÉRIE	Conservacionista	-Meio Ambiente como recurso. -Proposições centradas na “conservação” dos recursos.	Cognitivo Pragmático
2º SÉRIE	Sistêmica	-Desenvolver o pensamento sistêmico: análise e síntese para uma visão global. -Compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas.	Cognitivo
3º SÉRIE	Biorregionalista, Crítica, Etnográfica	-Desenvolver competências em Ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional. -Desconstruir as realidades socioambientais visando a transformar o que causa problemas. -Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura. -Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.	Cognitivo Reflexivo Afetivo Espiritual

A partir dos conteúdos, nota-se, assim, que as discussões na primeira série direcionam para uma Educação Ambiental Conservacionista, uma vez que a concepção de Meio Ambiente gira em torno da natureza como recurso, e os conteúdos programados orientarem para a gestão ambiental. Dessa maneira, (SAUVÉ, 2005) relata que a corrente conservacionista vai tratar de:

[...] uma preocupação com a “administração do meio ambiente”, ou melhor dizendo, de gestão ambiental. [...] geralmente se dá ênfase ao desenvolvimento de habilidades de gestão ambiental e ao Ecocivismo. Encontram-se aqui imperativos de ação: comportamentos individuais e projetos coletivos. [...] a educação para o consumo, além de uma perspectiva econômica, integrou mais explicitamente uma preocupação ambiental da conservação de recursos, associada a uma preocupação de equidade social (SAUVÉ, 2005, p. 20, grifos nossos).

Diante do exposto, fica claro que a escola objeto de estudo, cumpre com os princípios básicos para educação ambiental, da Lei 9.795 de 1999, referentes à prática educativa, a qual deve ter:

- I- O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II- A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III- O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV- A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V- A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI- A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII- A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII- O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural, (BRASIL, 1999).

Já os conteúdos da segunda série do ensino médio se orientam para uma Educação Ambiental Sistêmica, visto que os conteúdos programados dos guias vão tratar da compreensão global das questões ambientais, levando em consideração aspectos como a questão sociocultural, a produção, o trabalho e o consumo. Assim, (SAUVÉ, 2005) aponta que os enfoques dessa corrente:

[...] permite conhecer e compreender adequadamente as realidades e as problemáticas ambientais. A análise sistêmica permite identificar os diferentes componentes de um sistema ambiental e salientar as relações entre seus componentes, como as relações entre os elementos biofísicos e os elementos sociais de uma situação ambiental. Esta análise é uma etapa essencial que permite obter em seguida uma visão de conjunto que corresponde a uma síntese da realidade apreendida. Chega-se assim à totalidade do sistema ambiental, cuja dinâmica não só pode ser percebida e compreendida melhor, como também os pontos de ruptura (se existirem) e as vias de evolução (SAUVÉ, 2005, p. 22, grifos nossos).

Com isso, é possível observar as características da corrente sistêmica nos conteúdos para a série em questão. Embora se observe, também, a não priorização da EA no ensino de geografia nos conteúdos desta série, sendo a educação ambiental tratada indiretamente. Adiante, os conteúdos da terceira série perpassam mais de uma corrente sendo elas Biorregionalista, Crítica e Etnográfica, dado que se articula em uma perspectiva crítica nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais, bem como estimulam o fortalecimento da consciência crítica, além do senso de pertencimento à natureza, a diversidade dos seres vivos, às diferentes culturas locais, à tradição oral, entre outras.

Estas discussões, ao se alinhar a essas correntes, corroboram com Resolução do Conselho Nacional de Educação de nº 2 de 2012, que estabelece as DCNEA, ao destacar que a educação ambiental pode ser compreendida como uma forma de educação para cidadania e em sua dimensão política enfatizar o cuidado com o meio ambiente local, regional e global (BRASIL, 2012). Assim sendo, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os conteúdos dos componentes curriculares, para educação básica, deverão incluir “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996).

Diante disso, a temática Meio Ambiente, faz parte dos Temas Transversais formulados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais têm a finalidade de contribuir na formação social do cidadão. Entre os temas, destacam-se: Meio Ambiente, Ética, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Acerca das correntes de educação ambiental, segundo (SAUVÉ, 2005), os conteúdos inspiram para uma:



[...] ética ecocêntrica e centra a educação ambiental no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional, no desenvolvimento de um sentimento de pertença a este último e no compromisso em favor da valorização deste meio. [...] análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações dos diferentes protagonistas de uma situação. [...] educação ambiental [que] não deve impor uma visão de mundo; é preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas. Propõe não somente adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, como se inspirar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente (SAUVÉ, 2005, p. 30-35, grifos nossos).

A EA é, atualmente, um tema que vem ocupando lugar de destaque no cenário mundial e local e, inclusive, nos espaços educacionais, devido a sua relevância para o desenvolvimento humano, com novos conhecimentos, competências e habilidades, valores e atitudes direcionados a uma qualidade do meio ambiente e de vida para as gerações presentes e futuras. Dessa forma, compreende-se a importância da educação ambiental para a vida, para o fortalecimento das relações humanas no sentido de modificar situações reais, encontradas nas variadas camadas da sociedade. Em vista disso, faz-se necessário o desenvolvimento de uma educação transformadora e emancipatória àquela voltada ao exercício da cidadania por meio da Educação Ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações analisadas nestes documentos, conclui-se que as discussões no entorno da temática ambiental versam as correntes antigas e contemporâneas formuladas pela autora Lucie Sauvé. No tocante as correntes antigas, estas possuem enfoque cognitivo e pragmático visto que os conteúdos que orientam para essas correntes visam à compreensão de como a sociedade fazem uso dos recursos da natureza e tais discussões se concentram na primeira série do ensino médio. Enquanto as correntes contemporâneas perpassam a segunda e a terceira série do ensino médio, apresentando não só o enfoque cognitivo, mas, também, os enfoques reflexivos, afetivo e espiritual, na busca de contextualizar o conceito de região em uma perspectiva

geográfica, estimular a mobilização social e política para o desenvolvimento de uma consciência crítica da dimensão socioambiental, assim como desenvolver o senso de pertencimento, baseados no atuar responsável em relação ao meio ambiente.

Compreende-se, dessa forma, que a escola busca proporcionar aos estudantes, a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, preparando-os para o exercício consciente da cidadania. É pertinente lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem que a educação ambiental seja uma prática educativa integrada aos projetos educacionais, desenvolvidas pelas instituições de ensino de forma transversal e interdisciplinar. Por sua vez, observa-se que os temas transversais selecionados pelo docente, mesmo que repetidos, em todas as séries e nos quatro bimestres letivo, todos são orientados pelos PCN no tocante à efetividade da educação ambiental e nos permite observar assimetria dos temas transversais com os conteúdos para cada série e bimestre como, por exemplo, nos conteúdos da segunda série.

À luz da legislação ambiental, os valores selecionados pelo docente versam a educação ambiental seja em seus diferentes conceitos, bem como em seus objetivos e nas suas diretrizes, tanto na Política Nacional de Educação Ambiental, quanto nas DCNE, nos PCN, na LDB, na BNCC e nas orientações do Conselho Nacional de Educação. Assim, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, e é de responsabilidade das instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada às atividades educacionais que desenvolvem. Dessa maneira, evidencia-se que a Educação Ambiental está presente no ensino de Geografia na ECIT João Roberto Borges de Souza, e que parte dos conteúdos atendem a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo apenas os conteúdos da primeira série inteiramente voltados às discussões ambientais.

Nos demais conteúdos, a temática ambiental se encontra de forma transversal e pontual na segunda e na terceira série. Acentua-se que esta pesquisa contribui para ampliação das discussões de um campo que vem crescendo, cada vez mais, no meio acadêmico, a Geografia da Educação, assim como serve de base para que outras pesquisas desenvolvam mais discussões sobre a educação ambiental em outras ciências, de forma inter, multi e transdisciplinar, articulada, contínua e permanente, contribuindo para auxiliar outros tantos educadores no cotidiano escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP Nº: 2/2012 de 15 de junho de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Educação é a Base). 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 de novembro de 2023.

CARDONI, Umberto Giuseppe; TAIOLI, Fabio. As Ciências da Terra: sustentabilidade e desenvolvimento. IN: TEIXEIRA, Wilson et al. Decifrando a terra. 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar pela geografia: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CESAR, Ary Gustavo Silva; DAMBROSKI, Marilis; ANTONIAK, Joana do Amaral. Contribuições Da Educação Ambiental No Desenvolvimento Regional Sustentável: Análise Do Ensino Superior Na Região Do Vale Do Mamanguape - PB. Revista Contexto Geográfico, [S. l.], v. 7, n. 15, p. 117-133, 2023.

FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda; ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos; CESAR, Ary Gustavo da Silva. Análise da educação ambiental na Universidade Federal De Campina Grande (UFCCG) nos anos de 2002 a 2017: disciplinas e projetos. Revbea. v. 13, n. 1, p. 87-107. 2018.

LEFF, Enrique. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogía ambiental. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16, p. 11-19, jul./ dez. 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/arquivos/diretrizes-operacionais/2019>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

MENDES, João Roberto. Geografia e educação ambiental: uma abordagem a partir da teoria da atividade. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 247 f, 2016.

SILVA CESAR, A. G. da; PONTAROLO, E. Educação Ambiental em uma abordagem Interdisciplinar: Análise no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Campus Pato Branco. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 1-26, 2023. DOI: 10.14295/ambeduc.v28i2.16098. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/16098>. Acesso em: 19 jan. 2024.